



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

MANHÃ

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA ADMINISTRATIVA **PSICOLOGIA**

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Módulo I - Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Os documentos públicos e os jornais são inficionados diariamente com expressões impróprias, às quais o povo se acostuma, à força, ao lê-las. (Voltaire)

Assinale a afirmativa correta sobre o significado ou estruturação da frase apresentada.

- (A) As “expressões impróprias” aludidas na frase se referem a expressões grosseiras, pouco educadas.
- (B) A imprensa, segundo Voltaire, tem a finalidade de educar o público leitor.
- (C) A frase alude ao problema de alguns documentos públicos se utilizarem de linguagem inadequada, já que se trata de textos de grande número de leitores.
- (D) A semelhança entre os documentos públicos e os jornais é a preocupação com a educação dos leitores.
- (E) A preocupação com a modernidade pode provocar, segundo a frase, mudanças linguísticas.

2

Leia a frase abaixo com atenção:

A carta é telefonema antiquado, do tempo em que as pessoas sabiam escrever e ler.

Assinale a afirmativa correta acerca da frase apresentada.

- (A) A frase mostra a superioridade da língua escrita sobre a língua falada.
- (B) A frase traz uma crítica à educação moderna.
- (C) A carta é comparada a um telefonema por ambos os meios serem considerados antiquados.
- (D) O autor da frase indica um aspecto da modernidade superior aos tempos passados.
- (E) Saber escrever e ler não é visto na frase como traço de qualidade superior.

3

Um dos problemas da escrita é o emprego desnecessário de palavras.

Assinale a frase a seguir em que **não** ocorre esse problema.

- (A) Todas as interações humanas são oportunidades ou para aprender ou para ensinar.
- (B) O destino do mundo depende em primeiro lugar dos estadistas. Em segundo lugar, dos intérpretes.
- (C) Para o seu próprio bem, não fale demais.
- (D) Uma vez penso; outras vezes, existo.
- (E) Uma hora de conversação vale mais que 50 cartas.

4

Observe o texto a seguir:

De fato, na língua falada, o homem vive a sua vida sobre a terra. Cada uma das medidas naturais de sua existência está inscrita em quatro palavras. As duas primeiras ‘Bom dia’. Ao dizê-las, ingressamos em um dia a mais, nos preparamos para consumir uma mais dessas unidades de tempo, feitas do céu, do sol e da luz. E, quando, já usado, nos corre por entre as mãos esse pedaço da nossa existência, nos despedimos com outras duas palavras: ‘Boa noite’ ou ‘Até amanhã’. Essas duas formas verbais nos contam o transcorrer de nossos passos sobre a terra.

Esse segmento textual deve estar inserido no modo expositivo de organização discursiva.

Uma marca que caracteriza esse modo de organização é a

- (A) apresentação de uma série de fatos cronologicamente sucessivos que dão conta de um período de tempo.
- (B) exposição de um tema de forma coerente, ordenada e clara, de modo que possa ser lido com fluidez e interpretado com facilidade.
- (C) indicação de um conjunto de traços de uma realidade qualquer de forma que a possamos identificar.
- (D) defesa de uma ideia diante de uma realidade que permite mais de um posicionamento ideológico.
- (E) demonstração de uma ideia apoiada em diferentes meios de comprovação ou apoio para convencimento do leitor.

5

Assinale a frase em que houve troca indevida entre A e HÁ.

- (A) Os atletas estão há poucos dias das Olimpíadas.
- (B) Não há muito o que fazer nessas circunstâncias.
- (C) Dentro da caixa há uma série de brinquedos.
- (D) O que há de novo na guerra Rússia X Ucrânia?
- (E) Sem problemas, pois há dois meses até o pagamento.

6

Assinale a frase em que **não** está presente qualquer processo de abreviação vocabular ou textual.

- (A) Expressei-me clara e calmamente.
- (B) Foram abordados os micro e macroproblemas do país.
- (C) Os EUA participaram da conferência sobre o clima.
- (D) Os países anglo-saxônicos são bem desenvolvidos.
- (E) Os animais e os humanos participam do mesmo mundo.

7

Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no participio.

Assinale a opção que mostra uma forma **inadequada** de participio.

- (A) aceitar / aceitado e aceite.
- (B) entregar / entregado e entregue.
- (C) chegar / chegado e chego.
- (D) pegar / pegado e pego.
- (E) expressar / expressado e expresso.

8

Entre as frases abaixo – do livro *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queiroz -, aquela em que a forma debaixo está mal-empregada, é:

- (A) “-Ainda estive para me abrigar em casa do Esgueira, que é um caseiro de cá. Aquela casa, ali debaixo, onde está a figueira...”.
- (B) “Os séculos rolam; e sempre imutáveis farrapos lhe cobrem o corpo, e sempre debaixo deles, através do longo dia, os homens labutarão e as mulheres chorarão”.
- (C) “No Inverno, logo que na amável cidade começavam a morrer de frio, debaixo das pontes, criancinhas sem abrigo – ela preparava com comovido cuidado os seus vestidos de patinagem”.
- (D) “Findou pôr voltar ao montão de jornais amarrotados, ergueu melancolicamente um velho Diário de Notícias, e com ele debaixo do braço subiu ao seu quarto, para dormir, para esquecer”.
- (E) “Assobiando o fado meigo tirei debaixo da cama a minha velha mala, e meti solicitamente entre calças e peúgas um Tratado de direito civil, para aprender enfim, nos vagares da aldeia, estendido sob a faia, as leis que regem os homens”.

9

As frases a seguir mostram um adjetivo sublinhado. Assinale a frase em que esse adjetivo tem valor de estado.

- (A) Fazemos o que não podemos deixar de fazer, e classificamos isto com os mais belos nomes.
- (B) Pensar é o trabalho mais duro que há.
- (C) Todo homem trabalhador tem sempre uma oportunidade.
- (D) A direção recomendou que alunos gripados fossem separados dos demais a fim de evitar-se a contaminação.
- (E) A concorrência é um estilo de vida. Se você não tem um concorrente forte, você é obrigado a inventar um.

10

As frases a seguir mostram locuções adjetivas que foram substituídas por adjetivos, indicados entre parênteses.

Entre as substituições propostas, assinale aquela que é possível e adequada.

- (A) O artista tem uma concepção original do infinito (infinita).
- (B) A vida da cidade (suburbana) é um inferno, mas ninguém quer mudar-se para o paraíso.
- (C) Escrever humor é um método de lucro (lucrativo) engraçado.
- (D) O dever da literatura (literário) é levar a pessoa a inserir-se na história.
- (E) Fora o cachorro, o livro é o melhor amigo do homem (humano).

Matemática Financeira, Estatística e Raciocínio Lógico

11

A negação de *Paulo gosta de futebol ou João gosta de basquetebol* é

- (A) Paulo gosta de futebol e João não gosta de basquetebol.
- (B) Paulo não gosta de futebol ou João gosta de basquetebol.
- (C) Paulo pode gostar de futebol e João pode não gostar de basquetebol.
- (D) Paulo não gosta de futebol e João gosta de basquetebol.
- (E) Nem Paulo gosta de futebol nem João gosta de basquetebol.

12

Em relação ao sistema francês de amortização, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- I. Todas as prestações (pagamentos) são de mesmo valor.
- II. Um exemplo de uso comum são financiamentos de bem de consumo em geral.
- III. O valor da prestação P é calculado pelo produto do valor financiado pelo coeficiente K dado pela fórmula

$$K = \frac{i(1+i)^n}{(1+i)^n - 1}$$

em que *i* é a taxa ao período e *n* é o número de períodos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

13

Com os algarismos 0, 1, 2, 3, 4 e 5 é possível formar a seguinte quantidade de números de 3 algarismos:

- (A) 120.
- (B) 144.
- (C) 156.
- (D) 180.
- (E) 216.

14

A amostra de idades a seguir foi obtida:

20 35 23 54 46 22 41 50 38 40 35 18 32 29 31 56 37

A mediana dessas idades é igual a

- (A) 34
- (B) 35
- (C) 36
- (D) 37
- (E) 38

15

A urna I contém 6 bolas brancas e 10 bolas azuis; a urna II contém 8 bolas brancas e 11 bolas azuis. Sorteamos ao caso uma bola da urna I e a colocamos na urna II sem observar sua cor. Em seguida, sorteamos duas bolas da urna II, sem reposição.

A probabilidade de que as duas bolas sorteadas da urna II sejam brancas é aproximadamente igual a

- (A) 0,180.
- (B) 0,305.
- (C) 0,366.
- (D) 0,466.
- (E) 0,482.

Ética no Serviço Público

16

Ao compulsar a Lei nº 5.810/1994 do Estado do Pará, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, Aparício verificou que existem penalidades que serão aplicadas por meio de portaria, entre elas as seguintes:

- (A) repreensão e suspensão.
- (B) demissão e cassação de aposentadoria.
- (C) destituição de cargo em comissão e suspensão.
- (D) repreensão e cassação de disponibilidade.
- (E) demissão e destituição de cargo em comissão.

17

No exercício de suas atribuições como auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará, regularmente investido no cargo, Rozendo entendeu ser necessário averiguar as normas aplicáveis aos servidores no tocante às relações com o fiscalizado, à luz da Resolução nº 18.523/2013 (Código de Ética), vindo a concluir corretamente que, durante os trabalhos de fiscalização a cargo do Tribunal, o servidor deverá:

- (A) conferir prioridade ao caráter inquisitorial às indagações formuladas ao fiscalizado.
- (B) evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e nos tratamentos dos fatos levantados.
- (C) dar preferência para realização de sugestões sobre assunto administrativo interno do órgão, entidade ou programa fiscalizado durante os trabalhos de campo.
- (D) manter atitude de independência em relação ao fiscalizado, deixando clara a sua posição de superioridade.
- (E) manter sigilo quanto às sanções aplicáveis em virtude da sonegação de informação e obstrução ao livre exercício das atividades de controle externo, para não prejudicar ulterior procedimento sancionatório.

18

Sociedade Açucena praticou conduta que caracteriza ato lesivo à Administração Pública Estadual, situação em que, à luz da Lei nº 12.846/13,

- (A) eventual responsabilização da pessoa jurídica na esfera administrativa não afasta a possibilidade de responsabilização na via judicial.
- (B) a instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas na norma em comento, afastando, assim, a imposição de tais penalidades.
- (C) a aplicação de sanções na esfera judicial depende da caracterização do elemento doloso, não bastando a mera voluntariedade do agente para fins de responsabilização.
- (D) não há possibilidade de aplicação de sanções à pessoa jurídica, diante da ausência do elemento volitivo, restringindo-se a aplicação de penalidades aos dirigentes e administradores da sociedade.
- (E) não pode ser a ela aplicada sanção na via administrativa, restringindo-se tal esfera de responsabilização aos atos lesivos à Administração Pública federal e estrangeira.

19

Em decorrência de determinada conduta realizada no exercício de suas atribuições como servidora pública do Estado do Pará, Jasmine está respondendo por crime de abuso de autoridade na esfera penal, e tomou ciência de que será instaurado um processo administrativo-disciplinar pelos mesmos fatos.

Diante dessa situação hipotética, acerca das esferas de responsabilização mencionadas, à luz do disposto na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que

- (A) nenhuma decisão penal absolutória pode fazer coisa julgada em âmbito administrativo-disciplinar, considerando a independência das esferas de responsabilização.
- (B) as penas previstas na lei de abuso de autoridade abarcam as sanções administrativas, impedindo a instauração do processo administrativo-disciplinar, inexistindo independência entre tais esferas de responsabilização.
- (C) as questões que venham a ser decididas pelo Juízo criminal quanto à negativa de autoria não podem mais ser questionadas em âmbito administrativo-disciplinar, apesar da independência das esferas de responsabilização.
- (D) não há independência entre as esferas de responsabilização, de modo que qualquer decisão absolutória penal, ainda que por ausência de provas, repercute na esfera administrativo-disciplinar.
- (E) apenas pode refletir ou fazer coisa julgada no processo administrativo-disciplinar a decisão penal absolutória que reconheça a inexistência do fato, diante da independência das esferas de responsabilização.

20

João e Maria são servidores públicos estáveis do Estado do Pará que cometeram infrações funcionais, sendo certo que aquela cometida por João enseja a penalidade de demissão, enquanto a de Maria é punível, em princípio, com repreensão, considerando que ela nunca sofreu penalidade em decorrência do exercício de suas atribuições.

Ambos estão interessados em formular um Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD), na forma da atual redação da Lei nº 5.810/1994, sendo correto afirmar, acerca do tema, em consonância com as peculiaridades narradas, que

- (A) o TAD não pode ser formalizado em nenhum dos casos, na medida em que aplicável nas hipóteses em que caracterizada mera irregularidade, pois nenhuma sanção pode ser substituída pelo aludido instrumento consensual.
- (B) no caso de Maria poderá ser formalizado o TAD, que depende de pedido a ser formalizado pela interessada, o qual não pode ser recusado pela Administração, devendo ela se comprometer a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente, mas a sua formalização na situação de João dependeria de sua aposentadoria.
- (C) apenas João poderá formalizar o TAD, que deve ser proposto pela Administração, mas depende de sua aceitação expressa no sentido de se comprometer a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente, não sendo aplicável na situação de Maria, em razão da respectiva penalidade.
- (D) o TAD pode ser formalizado em ambos os casos, de ofício ou a pedido dos interessados, constituindo direito subjetivo dos interessados, que devem se comprometer a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente.
- (E) no caso de João não é cabível a formalização do TAD, já na situação de Maria é possível a sua formalização, a pedido ou de ofício pelas autoridades competentes, dependendo de sua aceitação formal, no sentido de se comprometer a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente.

Legislação Específica

21

XX, Deputado Estadual no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, almejava apresentar projeto de lei sobre determinada temática. Após alentada análise de sua assessoria, foi constatado que a referida temática se inseria no rol de competências legislativas privativas da União. Além disso, também se verificou que a União ainda não tinha editado uma lei disciplinando a referida temática.

À luz da Constituição do Estado do Pará, é correto afirmar, em relação à competência legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que esse ente

- (A) pode legislar sobre a temática, se houver autorização da União por meio de lei complementar.
- (B) não pode legislar sobre a temática, não sendo possível a concessão de autorização ou de delegação pela União.
- (C) somente pode legislar sobre a temática nos casos em que a Constituição da República adota o instituto do reenvio.
- (D) pode legislar sobre a temática, sendo que a superveniência da lei da União revogará a lei estadual, caso dela destoe.
- (E) pode legislar sobre a temática, sendo que a superveniência da lei da União suspenderá a eficácia da lei estadual, caso dela destoe.

22

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, em processo de tomada de contas, realizou imputação de débito a Antônio, que atuara como ordenador de despesas no âmbito de uma fundação pública estadual. Após a emissão da certidão de débito, constatou-se que o custo da cobrança seria superior ao valor do ressarcimento.

Em situação dessa natureza, à luz do disposto na Lei Complementar estadual nº 81/2012, é correto afirmar que

- (A) pode ser determinado o arquivamento do processo, com cancelamento do débito, sendo dada quitação a Antônio.
- (B) deve ser determinado o arquivamento do processo, com cancelamento do débito, não sendo dada quitação a Antônio.
- (C) pode ser determinado o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, não sendo dada quitação a Antônio.
- (D) deve-se prosseguir com as medidas direcionadas à cobrança, considerando a natureza repressiva e pedagógica da condenação.
- (E) pode ser determinado o arquivamento do processo, desde que Antônio não tenha sido beneficiado por medida similar nos cinco anos anteriores.

23

Em determinado processo administrativo, o Tribunal de Contas do Estado do Pará constatou que a sociedade empresária Alfa tinha comprovadamente incorrido em fraude em uma licitação realizada por Beta, ente da Administração Pública indireta do Estado do Pará. Durante o julgamento do caso, foram realizados debates em relação à aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

Por fim, à luz do disposto na Lei Complementar estadual nº 81/2012, conclui-se corretamente que

- (A) a sanção apresenta caráter puramente administrativo, logo, sua aplicação, ou não, no caso concreto, fica a critério exclusivo da autoridade competente de Beta.
- (B) o Tribunal de Contas somente pode aplicar a sanção pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa.
- (C) caso o Tribunal de Contas entenda que é pertinente, deve aplicar a sanção no âmbito do processo administrativo em que constatar a ocorrência da fraude à licitação.
- (D) caso o Tribunal de Contas entenda que é pertinente, deve determinar que a autoridade competente de Beta aplique a sanção, e, se a determinação não for atendida em noventa dias, deve aplicá-la.
- (E) o Tribunal de Contas deve aplicar a sanção caso a autoridade competente de Beta ainda não a tenha aplicado, requisito não atendido com a mera realização de juízo de valor diverso do que prevaleceu no colegiado.

24

Ana, estagiária no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará, teve acesso a um expediente recém-protocolizado, cujo objeto era uma consulta formulada pelo diretor-presidente de uma autarquia estadual.

O supervisor de estágio solicitou que Ana realizasse uma análise inicial, o que a levou a concluir que:

- I. o consulente carece de legitimidade;
- II. cabe ao relator sorteado decidir sobre a admissibilidade do seu processamento;
- III. caso seja admitida para análise, o processo relativo à consulta tramitará em regime de urgência, se, por sua natureza, exija imediata solução.

Ao analisar as afirmações de Ana, o supervisor lhe explicou, corretamente, que, à luz do Regimento Interno:

- (A) todas estão certas.
- (B) apenas a afirmação II está certa.
- (C) apenas a afirmação III está certa.
- (D) apenas as afirmações I e II estão certas.
- (E) apenas as afirmações I e III estão certas.

25

O Poder Executivo do Estado do Pará realizou estudos com o objetivo de promover a descentralização da prestação de determinado serviço público de competência estadual. Nesses estudos, foi debatida a possibilidade de que a referida descentralização fosse direcionada a uma entidade paraestatal.

Ao final, concluiu-se corretamente, à luz da Constituição do Estado do Pará, que

- (A) a outorga do serviço público deve ser necessariamente antecedida de licitação, o que impede o direcionamento almejado.
- (B) como o ente paraestatal integra a Administração Pública indireta, cabe apenas ao Poder Executivo avaliar a conveniência, ou não, do direcionamento almejado.
- (C) a outorga apenas se dará mediante lei autorizadora, devendo ser demonstrada, na perspectiva técnica ou econômica, a impossibilidade ou inconveniência da centralização.
- (D) o direcionamento é ato privativo do Poder Executivo, mas pressupõe a demonstração de suas vantagens, na perspectiva da economicidade e da eficiência, em relação à licitação.
- (E) a forma de outorga do serviço, se mediante contratação direta ou mediante licitação, com entes da Administração Pública indireta ou entes privados, deve ser definida pela Assembleia Legislativa.

História, Geografia e Conhecimentos do Estado do Pará

26

O reinado de D. José I foi marcado por um projeto de reorganização administrativa do império luso e por uma reconfiguração da gestão metropolitana do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751) governado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-59), meio-irmão do Marquês de Pombal.

Assinale a opção que apresenta um instrumento das novas diretrizes econômico-administrativas metropolitanas para a região.

- (A) A instituição da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), sem caráter monopolista, tinha como propósito aumentar as atividades comerciais na região, introduzindo o sistema de comissários volantes como intermediários entre as praças coloniais e metropolitanas.
- (B) A implementação da Lei de Liberdade dos índios (1755) levou à abolição do trabalho forçado indígena e estabeleceu um prazo máximo de 10 anos de prestação de trabalho aos colonos e a posterior libertação dos indígenas.
- (C) O alvará de extinção do poder temporal dos regulares sobre os índios do Grão-Pará e Maranhão (1755) aboliu o controle administrativo dos missionários de qualquer ordem religiosa sobre os aldeamentos indígenas.
- (D) O Diretório dos Índios (1757) previa o incentivo ao casamento entre índios e brancos, além da eleição de um diretor indígena para cada aldeia, o qual apoiaria a implementação do Diretório *in loco*.
- (E) A criação da Capitania de São José do Rio Negro (1755), desvinculada e autônoma em relação ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, em função da distância em que se encontrava a região fronteira amazônica em relação aos centros de decisão, instalados em Belém e em São Luís.

27

Em 2024, Belém completou 408 anos. Sua arquitetura e sua urbanização, entretanto, conservam ainda o que foi realizado durante o ciclo da borracha, dando origem à cultura da *Belle Époque* paraense (1870-1910).

As afirmativas a seguir descrevem corretamente a *Belle Époque* paraense, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) O então gestor da cidade, o intendente Antônio Lemos, desejava reproduzir na América uma configuração urbana europeizada, por isso favoreceu a construção de ruas largas, chamadas boulevards, e de áreas verdes como o Bosque Rodrigues Alves, inspirado no Bois de Boulogne parisiense.
- (B) A urbanização e a cultura da *Belle Époque* inspiravam-se sobretudo na cultura francesa, de modo que políticos e elites locais buscavam transpor para Belém o modo de vida e as manifestações artísticas da Paris da época, mediante a construção de teatros líricos, como o Theatro da Paz, por exemplo.
- (C) A construção de um espaço urbano considerado civilizado levou à formulação de um paisagismo tropical moderno, marcado por canteiros curvos e fluidos e pela valorização da vegetação nativa, como se experimentava em Paris e Londres no mesmo período.
- (D) O poder público implantou em Belém serviços pautados em tecnologia avançada, como o bonde elétrico, a iluminação pública e um modelo sanitarista pautado na construção de redes de esgoto, de abastecimento de água e de tratamento do lixo.
- (E) O conceito de modernidade aplicado às reformas de Belém estava ligado à ideia de progresso, materializada pela construção de símbolos modernos como as ferrovias, associadas à intensificação das redes comerciais no último quarto do século XIX.

28

Em junho de 2023, a Comissão Arns entregou ao ministro da Justiça e Segurança Pública o relatório “Pará: sem justiça não há paz”, fruto de uma expedição no Sul e Sudeste do Pará, território marcado por uma criminalidade crônica. Os principais tipos de conflitos territoriais registrados foram: a ação ilegal e predatória de grileiros, garimpeiros e madeireiros; a atuação de milícias rurais organizadas para a prática de crimes violentos na região; o excesso de uso da força policial em ações de desapropriação; e a invasão de terras públicas não destinadas, entre outros.



A respeito do enfrentamento do quadro de insegurança e violência, assinale a opção que descreve de modo pertinente uma possível ação para reafirmar o poder público e fortalecer a sociedade civil na região.

- (A) O estabelecimento de protocolos públicos para o uso da força policial nos casos de desocupação forçada, pelos governos federal e estadual.
- (B) O levantamento e a sistematização de um banco de dados dos casos de conflito fundiário judicializados, pela assembleia legislativa estadual.
- (C) A criação e supervisão de comissões de mediação e apoio para resolução negociada de conflitos relativos à posse fundiária, pelo tribunal de contas estadual.
- (D) O confisco de armamentos ilegais presentes em assentamentos e entre milícias rurais, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- (E) A repressão às invasões em Unidades de Conservação e Terras Indígenas, por parte do Greenpeace Brasil e outras organizações não governamentais.

29

Observe o mapa a seguir das Macrorregiões Hidrográficas (MRHs) do Estado do Pará.



Fonte: Pará. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará – Belém, SEMAS, 2021. Adaptado.

Estabeleça a relação entre as MRHs listadas a seguir e os respectivos números assinalados no mapa.

- () Tapajós
- () Portel-Marajó
- () Calha Norte

Assinale a opção que mostra a relação correta, na ordem apresentada.

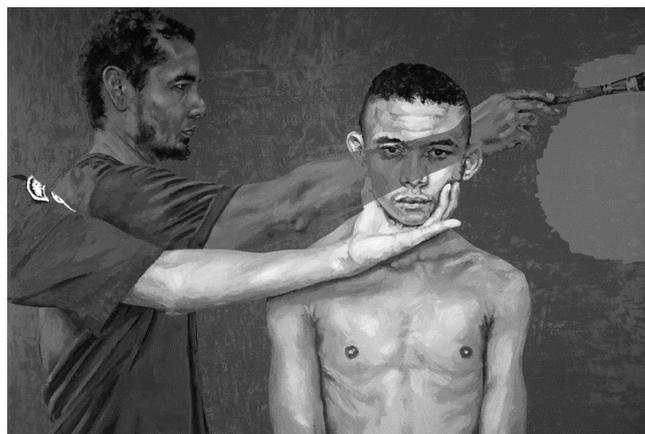
- (A) 2 – 4 – 3.
- (B) 5 – 1 – 7.
- (C) 6 – 3 – 2.
- (D) 4 – 5 – 6.
- (E) 7 – 2 – 1.

30

A respeito da obra do artista contemporâneo Éder Oliveira, leia um trecho de sua entrevista e observe uma de suas telas.

Essa obra é um autorretrato do meu trabalho. Ali consta tudo que venho fazendo nos últimos anos. Em um primeiro plano, tem um homem que está sendo forçado por um policial a ser fotografado. O policial puxa o rosto dele. Depois a foto vai para um jornal, eu me aproprio do jornal. E nessa de transformar em pintura, eu propositalmente cubro um pouco a identidade desse homem. Quando ele vira pintura, ele deixa de ser aquela pessoa. Eu pinto essas pessoas todas de vermelho, de azul. Isso ajuda a torná-los menos reconhecíveis enquanto indivíduos, enquanto fulano que foi preso por tal coisa. Então, é por isso que o meu braço cobre a identidade dele fazendo uma tarja vermelha. Uma alegoria do meu trabalho, um autorretrato.

Trecho adaptado de entrevista com o artista paraense Éder de Oliveira in: <https://www.revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/eder>



Éder Oliveira, *Autorretrato*, 2016. Óleo sobre tela, 297 x 205 cm.

Com base na entrevista e na imagem, analise as afirmativas a seguir sobre a obra de Éder Oliveira.

- I. O artista se especializou no gênero autorretrato, usado para investigar a própria individualidade, única e irrepetível, em um contexto paraense marcado pelo hibridismo cultural.
- II. As fotos, publicadas em jornais, de homens presos, ou supostos autores de crimes, são ressignificadas pictoricamente e denunciam a construção de uma identidade social negativa e violenta associada aos ditos homens comuns, os negros, mestiços e caboclos amazonenses.
- III. A obra explora as relações entre retrato, imagem e identidade, estabelecendo um diálogo entre arte e mídia para denunciar mecanismos de invisibilidade e estigmatização social.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Módulo II - Conhecimentos Específicos

Básicos

Noções de Direito

31

Pedro, nascido em Timor-Leste, tinha grande familiaridade com a cultura brasileira, o que era facilitado pelo fato de a língua portuguesa ser uma das línguas oficiais. Após residir um ano no território brasileiro, período em que frequentou um curso de graduação em uma universidade pública, decidiu se naturalizar brasileiro.

É correto afirmar, à luz da Constituição da República, que Pedro

- (A) já adquiriu a nacionalidade brasileira.
- (B) também deve apresentar idoneidade moral para obter êxito no pedido de naturalização.
- (C) deve cumprir os requisitos aplicáveis à generalidade dos estrangeiros para se naturalizar.
- (D) precisa residir por quinze anos ininterruptos no território brasileiro e sem condenação criminal.
- (E) possui a quase-nacionalidade brasileira, desde que haja reciprocidade em favor dos brasileiros em Timor-Leste.

32

O Deputado Estadual Pedro pretendia apresentar à Assembleia Legislativa do Estado Delta projeto de lei versando sobre matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Após promover alentada busca, constatou que nem a União nem o Estado Delta tinha legislado sobre a matéria.

À luz da divisão constitucional de competências, Pedro concluiu corretamente que o Estado Delta

- (A) somente pode legislar sobre a matéria após a União.
- (B) pode legislar sobre a matéria, desde que seja expressamente autorizado pela União.
- (C) pode legislar sobre a matéria, sendo que a superveniência de normas gerais da União revogará a lei estadual na hipótese de colidência.
- (D) pode legislar sobre a matéria, sendo que a superveniência de normas gerais da União suspenderá a eficácia da lei estadual na hipótese de colidência.
- (E) pode legislar sobre a matéria, sendo que a superveniência de normas gerais da União não terá influência sobre a lei estadual, ainda que sejam colidentes.

33

O Presidente da República apresentou projeto de lei complementar versando sobre matéria de sua iniciativa exclusiva, estranha à sistemática orçamentária. No âmbito da Câmara dos Deputados, foi aprovada emenda que estendia o alcance da proposição legislativa e acarretava aumento de despesa obrigatória, sendo indicada a respectiva fonte de custeio. Após o trâmite regular, o projeto foi aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional, mas foi vetado pelo Presidente da República. O veto foi derrubado pelo Poder Legislativo e, ato contínuo, foi promulgada a Lei nº X pelo Presidente do Senado Federal.

Com base nas normas constitucionais afetas ao processo legislativo, é correto afirmar que a narrativa

- (A) não apresenta nenhuma incorreção.
- (B) somente apresenta incorreção em relação à emenda aprovada pela Câmara dos Deputados.
- (C) somente apresenta incorreção em relação à promulgação realizada pelo Presidente do Senado Federal.
- (D) somente apresenta incorreção em relação à promulgação, que deveria ser realizada em momento anterior à derrubada do veto.
- (E) somente apresenta incorreção em relação à emenda aprovada pela Câmara dos Deputados, e à promulgação realizada pelo Presidente do Senado Federal.

34

O Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa foi informado por sua assessoria a respeito da necessidade de aperfeiçoamento da estrutura administrativa, de modo a aumentar o nível de eficiência e a reduzir a despesa pública.

Com esse objetivo, sugeriu-se que o Governador do Estado editasse decreto com os seguintes comandos:

- I. extinção de vinte cargos em comissão que estão vagos;
- II. organização da Administração Pública, sem aumento de despesa; e
- III. extinção de três órgãos públicos.

Considerando a simetria com a União, é correto afirmar, em relação às três medidas alvitradas, que

- (A) todas podem ser adotadas.
- (B) somente a medida II pode ser adotada.
- (C) somente a medida III pode ser adotada.
- (D) somente as medidas I e II podem ser adotadas.
- (E) somente as medidas I e III podem ser adotadas.

35

Os servidores públicos do Município Alfa, tanto os ocupantes de cargos de provimento efetivo, quanto os ocupantes de cargos em comissão, postularam, no corrente ano, junto ao Prefeito Municipal, a criação de um regime próprio de previdência social. A medida, ao seu ver, será mais benéfica que a sua sujeição ao regime geral de previdência social, como ocorria até então.

Após analisar a sistemática constitucional, a assessoria do Prefeito Municipal esclareceu corretamente que o regime próprio

- (A) pode ser criado, mas somente pode abranger os ocupantes de cargos em comissão.
- (B) pode ser criado, mas somente pode abranger os ocupantes de cargos de provimento efetivo.
- (C) somente pode ser criado mediante autorização específica do Ministério da Previdência Social.
- (D) pode ser criado, e deve abranger os ocupantes de cargos de provimento efetivo e os ocupantes de cargos em comissão.
- (E) não pode ser criado para os ocupantes de cargos de provimento efetivo nem para os ocupantes de cargos em comissão.

36

Ao estudar a classificação dos atos administrativos, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, Josiane verificou que é correto indicar como um ato administrativo complexo

- (A) a decisão plenária de certo Tribunal de Contas.
- (B) a determinação de ressarcimento ao erário pelo Tribunal de Contas, após o devido processo administrativo.
- (C) o registro de aposentadoria de servidores públicos ocupantes de cargo efetivo junto ao respectivo Tribunal de Conta.
- (D) a desconsideração da personalidade jurídica em sede administrativa, realizada pelo Tribunal de Contas em determinado processo administrativo.
- (E) o reconhecimento de ilegalidade de determinada verba remuneratória paga a servidor público, por decisão do Tribunal de Contas.

37

Considerando o delineamento constitucional conferido aos cargos em comissão e a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que tais cargos

- (A) devem ser necessariamente ocupados por servidores de carreira, que tenham cargo efetivo.
- (B) podem ser criados para atividades burocráticas, técnicas e operacionais da Administração.
- (C) conferem a seus ocupantes, que não tenham realizado concurso público, a garantia da estabilidade, após três anos de efetivo exercício.
- (D) não podem ser em número superior ao dos cargos efetivos do ente federativo que os criar.
- (E) podem ser criados por Decreto, que não precisa pormenorizar as atribuições que serão exercidas pelos respectivos agentes.

38

Após distinguir as peculiaridades atinentes as situações em que a licitação é inexigível e aquelas em que tal procedimento é dispensável, Daniel foi instado a dar um exemplo dessa última hipótese de contratação direta, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, e indicou corretamente a

- (A) contratação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- (B) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- (C) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- (E) contratação de bens ou serviços que tenham por objeto bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.

39

A Constituição da República de 1988 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto a aspectos expressamente mencionados no texto do Art. 70, no que concerne à aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Entre os aludidos aspectos textualmente indicados no mencionado dispositivo, é correto apontar

- (A) a transparência.
- (B) a efetividade.
- (C) a legitimidade.
- (D) a eficiência.
- (E) a juridicidade.

40

Ao analisar o disposto na Lei nº 12.527/2011, Meire verificou a delimitação de alguns conceitos, notadamente em relação à qualidade da informação, que são relevantes na aplicação da matéria, entre os quais os seguintes:

- I. qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
- II. qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
- III. qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

Assinale a opção que indica a pertinente correlação.

- (A) I. integridade; II. disponibilidade; III. autenticidade;
- (B) I. primariedade; II. autenticidade; III. integridade;
- (C) I. autenticidade; II. primariedade; III. integridade;
- (D) I. disponibilidade; II. autenticidade; III. integridade;
- (E) I. primariedade; II. integridade; III. disponibilidade.

Administração Pública, gestão e fiscalização de contratos

41

Na população de determinado município sobressaíram discussões quanto à necessidade do incremento da economia local, mais propriamente dos microempreendedores. Após análises e discussões com os diferentes atores públicos, a Administração Pública decidiu implementar política de concessão de crédito mediante agência pública de fomento a ser criada. Para isso foi realizado planejamento inicial e apresentada proposição legislativa junto ao parlamento local para criação da agência, previsão orçamentária e autorização da instituição das linhas de crédito.

A situação apresentada se refere à seguinte etapa do ciclo das políticas públicas:

- (A) predefinição do problema público.
- (B) formação da agenda pública.
- (C) elaboração da política pública.
- (D) formulação da política pública.
- (E) implementação da política pública.

42

Avalie se as seguintes afirmativas a seguir, contidas no Planejamento Estratégico do TCE-PA, correspondem a um valor institucional, à missão da organização ou à visão da organização.

- I. Ser instituição de referência no controle externo e contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública.
- II. Primar pela divulgação clara e acessível dos seus atos e dos decorrentes de sua missão.
- III. Exercer o controle externo da gestão de recursos públicos estaduais em benefício da sociedade.
- IV. Atuar com liberdade, imparcialidade e autonomia.

As afirmativas referem-se, respectivamente, a

- (A) valor, visão, missão e valor.
- (B) visão, missão, valor e valor.
- (C) visão, visão, missão e missão.
- (D) missão, visão, valor e visão.
- (E) visão, valor, missão e valor.

43

As opções a seguir apresentam objetivos do governo eletrônico, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Inclusão digital.
- (B) Modernizar a máquina pública.
- (C) Reduzir custos e melhorar a eficiência da administração pública no que se refere aos seus processos internos.
- (D) Aumentar a transparência, o controle social e a *accountability*.
- (E) Fomento econômico do setor de tecnologia da informação.

44

Os teóricos da denominada Reforma do Estado incluíram as organizações sociais no que denominam terceiro setor, aquele que é composto por entidades da sociedade civil que exercem atividades de interesse público e não lucrativas. O terceiro setor coexiste com o primeiro setor, que é o Estado, e o segundo, que é o mercado. Na realidade ele caracteriza-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa privada, sem fins lucrativos; precisamente pelo interesse público da atividade, o Estado tem interesse em fazer parceria com as mesmas, dentro da atividade de fomento; para essa parceria, as entidades têm que atender a determinados requisitos impostos por lei e que variam de um caso para outro; uma vez preenchidos os requisitos, a entidade recebe um título, como o de utilidade pública ou o certificado de fins filantrópicos (hoje denominado de certificado da entidade beneficente de assistência social). As entidades do terceiro setor sempre existiram e tradicionalmente formalizavam a parceria com o poder público por meio de convênio; com as Leis números 9.637, de 15-5-1998 (sobre organizações sociais), e 9.790, de 23-9-1999 (sobre Oscips), os instrumentos de parceria idealizados foram respectivamente, o contrato de gestão e o termo de parceria, que se somaram ao tradicional convênio.

(DI PIETRO, 2022, pág. 334. Adaptado.)

Em relação às Organizações Sociais e às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A celebração do contrato de gestão deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do Art. 37 da Constituição Federal de 1988.
- (B) A execução do objeto do Termo de Parceria firmado com OSCIP será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.
- (C) Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (D) Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao respectivo Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) Havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública por Organização Social, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes.

45

“Para além de promover o interesse público, essa diretriz demonstra a importância da antecipação das necessidades da sociedade e da superação das limitações orçamentárias – especialmente a partir de práticas inovadoras. A ideia de que a atuação pública deve se pautar pela busca de soluções integradas, inovadoras e personalizadas já se tornou uma premissa em diversos países do mundo, que reconhecem e tentam lidar com demandas cada vez mais complexas por parte de quem financia o Estado”.

(BRASIL, GPGP, 2018)

O trecho acima foi retirado do Guia da Política de Governança Pública, elaborado pelo Governo Federal.

Assinale o princípio de governança que corresponde ao preceito contido no excerto.

- (A) *Accountability*.
- (B) Efetividade.
- (C) Capacidade de resposta.
- (D) Integridade.
- (E) Participação social.

46

Conforme definição da Transparência Internacional, corrupção é o abuso do poder confiado para ganhos privados.

As opções a seguir apresentam condutas que fazem parte do gênero corrupção, **com exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Concussão, peculato e elisão fiscal.
- (B) Crimes de responsabilidade, tráfico de influência e advocacia administrativa.
- (C) Condescendência criminosa, inserção de dados falsos em sistemas de informação e violação de sigilo funcional.
- (D) Prevaricação, facilitação de contrabando ou descaminho, emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (E) Peculato, Prevaricação e condescendência criminosa

47

Caso determinado contratado cometa infração punível com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração, a aplicação de tal sanção requer a instauração de processo de responsabilização delimitado pela Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) tal processo será conduzido por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) servidores estáveis.
- (B) não haverá oportunidade para o licitante ou contratado apresentar alegações finais no mencionado processo, ainda que haja o deferimento de produção de novas provas.
- (C) se o órgão ou entidade não tiver servidores estatutários em seu quadro funcional, a Comissão responsável pela condução do mencionado processo deverá ser composta por ocupantes de cargo em comissão.
- (D) serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas, com relação ao processo em análise.
- (E) o contratado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da intimação, para apresentar defesa técnica e especificar as provas que pretenda produzir, no processo em questão.

48

Entre os conceitos delimitados na Lei nº 14.133/2021, existe aquele que se refere à peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os elementos elencados na mencionada norma, dentre os quais, a demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado.

O texto refere-se ao

- (A) anteprojeto.
- (B) projeto referido.
- (C) projeto embrionário.
- (D) projeto executivo.
- (E) projeto de implementação.

49

Ao acompanhar a execução de determinado contrato administrativo, Alice verificou que a Administração Pública não efetuou o pagamento devido, com relação a determinado contrato de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, devidamente formalizado e regularmente cumprido pelo contratado, razão pela qual decidiu analisar os efeitos do inadimplemento pelo Poder Público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Diante dessa situação hipotética, à luz da legislação em comento, Alice verificou corretamente que o atraso superior a determinado período, contado da emissão da nota fiscal, confere ao contratado o direito à extinção do contrato, sendo correto afirmar que tal prazo é de

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 1 mês.
- (E) 2 meses.

50

Com relação à execução do contrato, o papel do fiscalizador do contrato e o registro e notificação de irregularidades, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contratado não poderá manter preposto no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- (B) É possível nomear o agente da contratação dentre os fiscais do contrato, independentemente dos riscos envolvidos no exercício de tais atribuições.
- (C) O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- (D) A administração tem o dever de nomear no mínimo dois fiscais para acompanhar a execução dos contratos, que constituirão a Comissão designada para tal finalidade.
- (E) O fiscal do contrato tem o dever de anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e adotar as providências pertinentes, ainda que ultrapassem a sua competência.

Controle Externo

Atenção: para resolução das questões seguintes, considere:

- RITCE-PA: Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
- LOTCE-PA: Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
- EFS: Entidades Fiscalizadoras Superiores.

51

Na Declaração de Lima (ISSAI 1) são estabelecidos poderes de auditoria (EFS).

Tendo por base essa norma, avalie se as seguintes afirmativas acerca de tais poderes estão corretas.

- I. Os poderes básicos de auditoria das Entidades Fiscalizadoras Superiores deverão estar previstos na Constituição, não se admitindo o seu detalhamento na legislação ordinária.
- II. Ao auditarem instituições públicas estabelecidas no exterior, restrições previstas no direito internacional serão consideradas; quando justificado, essas limitações deverão ser superadas por deliberação da EFS.
- III. Todas as operações financeiras públicas, a despeito de estarem ou não refletidas no orçamento nacional, ficarão sujeitas a auditoria por parte de Entidades Fiscalizadoras Superiores. A exclusão de partes da gestão financeira do orçamento público não isentará essas partes da auditoria da Entidade Fiscalizadora Superior.
- IV. As Entidades Fiscalizadoras Superiores terão poderes para auditar a cobrança de impostos da forma mais extensa possível e de examinar arquivos fiscais individuais.

Estão corretas as afirmativas

- (A) III e IV, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I, II e III, somente.
- (E) II, III e IV, somente.

52

Um dos grandes debates doutrinários se relaciona às objeções dirigidas contra a ideia de jurisdição de contas:

A oposição que se faz à jurisdição de contas, ou seja, aquela realizada no âmbito da atividade processual do Tribunal de Contas, diz respeito à jurisdição uma. Outros elementos compõem o espectro de oposições, porém, encontram-se conectados a esta principal objeção.

(HOEMKE, Hamilton Hobus. Tribunal de Contas-Direito Processual de Contas: jurisdição, provas e partes. Conceito Editorial, 2015, p. 56)

Os argumentos a favor do reconhecimento da função jurisdicional na atividade processual dos Tribunais de Contas se fundam em sua função constitucional de

- (A) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (C) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (E) executar, diretamente, as multas e débitos imputados pela Corte de Contas.

53

O TCU tem sede no Distrito Federal e compõe-se de nove ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre os quais um terço, mediante aprovação do Senado Federal, e dois terços indicados pelo Congresso Nacional.

(...)

Junto ao Tribunal, funciona um Ministério Público especializado, composto por um Procurador-Geral, três Subprocuradores-gerais e quatro Procuradores.

(ZIMLER, Benjamin. Direito Administrativo e Controle. Ed. Forum, p. 171)

Sobre o Ministério Público especializado a que se refere o texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Possui autonomia financeira e administrativa.
- (B) Possui personalidade judiciária, inclusive para propor ações de inconstitucionalidade perante os Tribunais Superiores.
- (C) Possui autonomia para gerir e prover seus recursos humanos, inclusive quanto ao pessoal de apoio administrativo.
- (D) Ao Ministério Público junto ao TCU se aplicam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional.
- (E) Poderá ajuizar a ação civil pública e outras ações de tutela coletiva perante o Tribunal de Contas da União.

54

O Engenheiro João foi eleito prefeito de um município sob jurisdição de Tribunal de Contas do Estado do Alfa. Ao iniciar seu mandato, João assumiu a função de ordenador de despesas da Secretaria de Obras.

Ao fim do seu primeiro ano de mandato, encaminhou ao Tribunal de Contas toda a documentação exigida para prestação de contas da Secretaria referente ao respectivo exercício financeiro. No entanto, o Tribunal verificou graves irregularidades na gestão da Secretaria de Obras e a prática de atos antieconômicos que resultaram em danos ao erário.

Considerando a situação hipotética e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta quanto ao processamento e julgamento das contas de João no Tribunal de Contas Estadual (TCE).

- (A) O TCE poderá aplicar multa e imputar débito a João, mas essa medida depende da rejeição das contas pelo Poder Legislativo.
- (B) O TCE deverá elaborar parecer prévio e submetê-lo à apreciação do legislativo municipal que somente o rejeitará por decisão de 2/3 de seus membros.
- (C) O TCE deverá julgar diretamente as contas de João como irregulares, aplicando-lhe as penalidades cabíveis.
- (D) O Tribunal poderá determinar o afastamento temporário de João do seu cargo de Secretário e de Prefeito, até que seja proferida a decisão de mérito.
- (E) O Tribunal deverá sobrestar o julgamento e considerar as contas ilíquidáveis, tendo em vista a impossibilidade de julgamento.

55

João, José e Maria são Conselheiros do Tribunal de Contas do Pará.

João, graduado em matemática e direito, é professor da rede de ensino fundamental de um município paraense.

José é formado em medicina e atua como profissional liberal no exercício dessa profissão, mantendo um consultório no centro da capital paraense.

Maria mantém-se operante e dedicada à atividade político-partidária, apesar de ter se desfilado do partido que integrava ao ser escolhida pelo parlamento estadual para o cargo de Conselheira do TCE.

Considerando os fatos narrados na situação hipotética e tendo em vista as vedações previstas no RITCE-PA, é correto afirmar que

- (A) as condutas de João e Maria são vedadas; a de José é permitida, tendo em vista que não há vedação ao exercício de atividade privada.
- (B) as condutas de João, José e Maria são vedadas; João pode acumular seu cargo de conselheiro somente com o de professor universitário.
- (C) as condutas de João, José e Maria são permitidas pelo RITCE-PA.
- (D) a conduta de João é permitida, vez que é possível acumular o cargo de Conselheiro com outro cargo de professor; já as de José e Maria são vedadas pelo RITCE-PA.
- (E) a conduta de José é permitida, pois os dois cargos, de Conselheiro e de médico, são considerados de natureza técnica; as de João e Maria são vedadas pelo RITCE-PA.

56

Uma pessoa jurídica devidamente identificada apresentou uma denúncia ao TCE-PA em que indicava graves irregularidades na execução de um contrato de obras públicas firmado entre um órgão jurisdicionado ao Tribunal e a empresa XPTO Ltda.

No entanto, restaram algumas dúvidas quanto aos fatos apontados. O Relator também considerou a necessidade de apurar a legalidade dos fatos e do objeto da denúncia apresentada.

Para a adoção dessas medidas, o RITCE-PA permite o uso do instrumento de fiscalização denominado

- (A) Auditoria de Conformidade.
- (B) Inspeção.
- (C) Levantamento.
- (D) Auditoria Operacional.
- (E) Monitoramento.

57

Ao realizar uma fiscalização de contas em um órgão de estadual jurisdicionado ao TCE-PA, a equipe de auditoria evidenciou a prática de atos danosos ao erário.

No mesmo processo, apurou-se os fatos e atos que resultaram no dano quantificado em R\$ 550 mil, bem como o nexo de causalidade entre as condutas dos responsáveis e o dano apurado, sendo-lhes imputado o débito naquele valor após julgamento em que lhes fora assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Nessa hipótese e considerando as disposições da LOTCE-PA, o Tribunal poderá aplicar aos responsáveis a sanção de:

- (A) Multa de até R\$ 550 mil independentemente do ressarcimento.
- (B) Demissão dos agentes públicos envolvidos, caso sejam ocupantes de cargos efetivos.
- (C) Multa de até 14.000 (quatorze mil) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará
- (D) Declaração da irregularidade das contas pela prática de ato antieconômico.
- (E) Indisponibilidade dos bens e multa de até 14.000 (quatorze mil) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará.

58

A finalidade dos processos de contas é a de possibilitar a verificação regular da aplicação dos recursos, à luz dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.

(LIMA, Luiz Henrique. Controle Externo. Ed. Elsevier, 2013, p. 259)

Em benefício dos referidos princípios, os processos de Contas no TCE-PA possuem regramento específico quanto ao seu encaminhamento, formação, instrução e julgamento.

Considerando as disposições do RITCE-PA quanto a essa temática, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os processos de prestação de contas serão instruídos preliminarmente com o Parecer do Ministério Público de Contas.
- II. O prazo para instrução processual das prestações de contas é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da distribuição.
- III. Após a instrução preliminar dos processos de prestação de contas com o relatório do Departamento de Controle Externo, admite-se o recebimento de novos documentos apresentados por ocasião da sustentação oral.
- IV. As diligências serão determinadas pelo Relator ou pelo Diretor do Departamento de Controle Externo, conforme o caso.

Estão corretos os procedimentos indicados nos itens:

- (A) I, II, e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, III e IV, apenas.

59

O órgão de auditoria interna da Secretaria de Estado de Saúde do Pará identificou desfalques na gestão de medicamentos que resultaram em danos da ordem de R\$80.000,00 ao erário.

Imediatamente, a auditoria interna oficiou a autoridade administrativa competente, que instaurou sindicância para apurar os fatos e, após quarenta dias, confirmou que:

- a) O dano apurado fora de R\$84.000,00.
- b) Os atos danosos não decorreram de conduta dolosa dos servidores envolvidos.

No mesmo prazo, a autoridade administrativa obteve o ressarcimento integral do dano.

Considerando as normas do RITCE-PA aplicáveis à situação hipotética, assinale a opção que apresenta a medida a ser adotada pela autoridade administrativa da Secretaria de Saúde.

- (A) Instaurar tomada de contas especial e encaminhar o processo ao TCE-PA no prazo de 120 dias.
- (B) Anular o processo de sindicância em razão de inobservância do prazo de 30 (trinta) dias para sua conclusão e determinar a instauração de tomada de contas especial.
- (C) Converter o processo de sindicância em tomada de contas especial e, independentemente dos valores envolvidos, encaminhar o resultado da apuração ao TCE-PA para julgamento.
- (D) Arquivar o processo, pois não há mais necessidade de instauração de tomada de contas e nem de seu encaminhamento ao TCE-PA.
- (E) Encaminhar os autos ao Ministério Público de Contas junto ao TCE-PA para adoção das medidas necessárias à ação de improbidade administrativa a ser processada pela Corte de Contas.

60

José, diretor de uma fundação pública de um órgão estadual jurisdicionado ao TCE-PA, praticou ato ilegítimo e antieconômico do qual não resultou danos ao erário, razão pela qual o Tribunal julgou as suas contas regulares com ressalva, lhe impondo o cumprimento de determinações para execução de medidas necessárias à correção das faltas identificadas e lhe aplicando multa no valor de 5.000 (cinco mil) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará.

Nessa situação, o Tribunal deverá conferir a José certificado de quitação

- (A) plena do responsável para com o erário estadual
- (B) condicionado ao atendimento de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas
- (C) somente após a comprovação do pagamento integral da multa imposta, alertando-o de que a reincidência poderá acarretar a irregularidade das contas subsequentes.
- (D) plena do responsável condicionada ao cumprimento das determinações.
- (E) somente após o cumprimento das determinações.

Módulo III - Conhecimentos Específicos Avançados

61

“Com quase 32 anos de existência, o Sistema Único de Saúde (SUS), maior sistema público de saúde do mundo, atende mais de 190 milhões de pessoas todos os anos, sempre de forma integral e gratuita. Para funcionar bem, um sistema dessa complexidade e que é referência global em ações diversas – como vacinação, transplantes, doações de órgãos, de sangue e de leite materno –, precisa ser organizado em diferentes níveis de atenção e assistência à saúde.”

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/atencao-primaria-e-atencao-especializada-conheca-os-niveis-de-assistencia-do-maior-sistema-publico-de-saude-do-mundo>

Em relação à Atenção Primária à Saúde (APS), avalie se as seguintes afirmativas estão corretas:

- I. Nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), estabelecimentos da APS, é possível fazer exames e consultas de rotina com equipes multiprofissionais e profissionais especializados em saúde da família, que trabalham para garantir atenção integral à saúde no território.
- II. Neste nível os profissionais se articulam para atuar não apenas nas unidades de saúde, como também em espaços públicos da comunidade, na oferta de práticas integrativas e complementares e em visitas domiciliares às famílias.
- III. Mais do que prover assistência clínica, o objetivo é estar próximo às pessoas e promover a saúde e a qualidade de vida da comunidade. Esse trabalho de prevenção e conscientização também permite otimizar a alocação de recursos usados em internações e tratamentos de agravos e doenças que poderiam ter sido evitadas, como hipertensão, diabetes, sedentarismo, colesterol e doenças cardiovasculares.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

62

O Art. 198 da Constituição Federal de 1988 estabelece que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único. Avalie se tal sistema deve ser organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I. Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- II. Atendimento integral, com prioridade para as atividades assistenciais sobre as ações preventivas.
- III. Participação da comunidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

63

Com base na Lei nº 8.142/90, avalie se os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados como:

- I. Despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.
- II. Investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional.
- III. Investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde.
- IV. Cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Estão corretos os itens:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

64

A Lei nº 8.080/90, estabelece, em seu Art. 7º, que “As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no Art. 198 da Constituição Federal”, obedecendo ainda a uma série de princípios.

Alguns desses princípios estão corretamente descritos nas opções a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- (B) Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
- (C) Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário
- (D) Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde, excetuadas aquelas relativas a casos extremos.
- (E) Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.

65

Avalie, com base na Lei nº 8.080/90, se as seguintes afirmativas acerca do acompanhamento à mulher nos serviços de saúde são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- () Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.
- () No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente, que poderá recusar o nome indicado e solicitar a indicação de outro, independentemente de justificativa, registrando-se o nome escolhido no documento gerado durante o atendimento.
- () No caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico, somente será admitido acompanhante que seja profissional de saúde.
- () Em casos de urgência e emergência, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e defesa da saúde e da vida da paciente, ainda que na ausência do acompanhante requerido.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V – F.
- (B) V – V – V – V.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – F – F – V.
- (E) F – F – F – F.

66

De acordo com a Lei nº 8.080/90, a telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal

Os princípios aos quais a telessaúde deve obedecer incluem os elencados nas opções a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) autonomia do profissional de saúde.
- (B) consentimento livre e informado do paciente.
- (C) direito de recusa ao atendimento na modalidade telessaúde, com a garantia do atendimento presencial sempre que solicitado.
- (D) inconfidencialidade dos dados.
- (E) responsabilidade digital.

67

A RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011, aprova o Regulamento Técnico que estabelece os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.

De acordo com a referida resolução, “os procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de garantir a rastreabilidade, qualidade, eficácia, efetividade, segurança e em alguns casos o desempenho das tecnologias de saúde utilizadas na prestação de serviços de saúde, abrangendo cada etapa do gerenciamento, desde o planejamento e entrada das tecnologias no estabelecimento de saúde até seu descarte, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública e do meio ambiente e a segurança do paciente” definem

- (A) gerenciamento de tecnologias.
- (B) humanização da atenção e gestão da saúde.
- (C) Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.
- (D) política de qualidade.
- (E) licença atualizada.

68

A Resolução CNS nº 553, de 9 de agosto de 2017, aprova a atualização da Carta dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde, que dispõe sobre as diretrizes dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde.

Avalie, com base nessa Resolução, se as diretrizes a seguir estão corretas:

- I. Toda pessoa tem direito, em tempo hábil, ao acesso a bens e serviços ordenados e organizados para garantia da promoção, prevenção, proteção, tratamento e recuperação da saúde.
- II. Toda pessoa tem direito ao atendimento integral, aos procedimentos adequados e em tempo hábil a resolver o seu problema de saúde, de forma ética e humanizada.
- III. Toda pessoa tem direito ao atendimento inclusivo, humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível.
- IV. Toda pessoa deve ter seus valores, cultura e direitos respeitados na relação com os serviços de saúde.
- V. Toda pessoa tem responsabilidade e direitos para que seu tratamento e recuperação sejam adequados e sem interrupção.

Estão corretas as diretrizes

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III, IV e V, apenas.
- (C) II, III, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

69

A RDC nº 36, de 2013, institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.

Avalie, com base nessa Resolução, se as seguintes afirmativas estão corretas:

- I. Se aplica aos serviços de saúde, sejam eles públicos, privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa, os consultórios individualizados, os laboratórios clínicos e os serviços móveis e de atenção domiciliar.
- II. A direção do serviço de saúde deve constituir o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) e nomear a sua composição, conferindo aos membros autoridade, responsabilidade e poder para executar as ações do Plano de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde.
- III. Para o funcionamento sistemático e contínuo do NSP a direção do serviço de saúde deve disponibilizar recursos humanos, financeiros, equipamentos, insumos e materiais e um profissional responsável pelo NSP com participação nas instâncias deliberativas do serviço de saúde.
- IV. O NSP deve adotar os seguintes princípios e diretrizes: a melhoria contínua dos processos de cuidado e do uso de tecnologias da saúde; a disseminação sistemática da cultura de segurança; a articulação e a integração dos processos de gestão de risco; a garantia das boas práticas de funcionamento do serviço de saúde.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

70

O Capítulo III do Título V da Lei nº 8.080/90 se refere ao planejamento e ao orçamento do SUS.

Avalie, com base na referida Lei, se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- () O processo de planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) será descendente, do nível federal até o local, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos em planos de saúde dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.
- () Os planos de saúde serão a base das atividades e programações de cada nível de direção do SUS, e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária.
- () É vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde.
- () O Conselho Nacional de Saúde estabelecerá as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços em cada jurisdição administrativa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V – V.
- (B) F – V – V – V.
- (C) F – V – V – F.
- (D) V – F – F – F.
- (E) V – V – F – F.

71

Uma das possibilidades de atuação do psicólogo junto às políticas públicas de saúde mental se dá por meio do matriciamento.

É exemplo de prática de matriciamento em saúde mental

- (A) o atendimento a pacientes usuários de substâncias psicoativas e suas famílias no CAPS V.
- (B) a realização de interconsultas de profissionais do CAPS com profissionais dos serviços de atenção primária à saúde.
- (C) a elaboração dos projetos terapêuticos singulares que serão executados pelas equipes dos NASF.
- (D) o acolhimento individual ou grupal a mães de crianças vítimas de violência sexual encaminhadas pela Justiça.
- (E) a coordenação de grupos de educação em saúde para pacientes diabéticos e hipertensos na Estratégia de Saúde da Família.

72

Daniel, 16 anos, conheceu o crack por intermédio de amigos e rapidamente desenvolveu uma dependência da substância. Daniel passa dias fora de casa e sua mãe, Denise, professora, muitas vezes sai pelas ruas à procura do filho.

A(s) porta(s) de entrada para o tratamento de Daniel pode(m) ser por meio:

- (A) do CAPSi e do NASF.
- (B) da internação em equipamento do programa Consultório na Rua.
- (C) dos serviços de atenção básica à saúde e do CAPS AD.
- (D) do atendimento ambulatorial em comunidade terapêutica do território.
- (E) dos serviços privados de saúde mental, apenas, já que se trata de paciente de classe média.

73

Gabriel, 33 anos, não estuda nem trabalha e mora com sua avó Elza, viúva de 85 anos e pensionista. Uma amiga de Elza descobriu que Gabriel se apropriou do cartão de banco da avó, fez empréstimos consignados em sua pensão e adquiriu uma motocicleta.

Considerando essa situação, é correto afirmar que:

- (A) todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violência contra a pessoa idosa de que tenha conhecimento.
- (B) todas as cidades devem constituir pelo menos um Conselho Tutelar do Idoso para acolher comunicações de violações dos direitos de pessoas idosas.
- (C) o acolhimento da idosa em uma entidade de longa permanência seria a medida mais adequada para protegê-la da exploração financeira praticada por seu neto.
- (D) Gabriel pode interditar Elza e se tornar seu curador considerando que na idade avançada da idosa é natural sua incapacidade de gerir seus rendimentos.
- (E) Por se tratar de crime cometido no âmbito doméstico envolvendo parentes consanguíneos, apenas a idosa pode denunciar o neto se assim o desejar.

74

Gilberto está frequentando um grupo de AA há 6 meses e teve sua primeira recaída no uso de bebida alcoólica.

Sobre essa situação, com relação ao tratamento do alcoolismo é correto refletir que

- (A) a tolerância alcoólica decorre do fato de o álcool ser uma substância lícita.
- (B) Gilberto recaiu para combater os efeitos desagradáveis da ressaca alcoólica.
- (C) Gilberto se encontra no estágio motivacional de pré-contemplação da dependência química.
- (D) os grupos de autoajuda já se comprovaram ineficazes no controle e na cura do alcoolismo.
- (E) a recaída é uma parte esperada e compreendida do processo de mudança de comportamento e recuperação.

75

Silvia é psicóloga em uma unidade de saúde onde são realizados procedimentos de reprodução assistida.

Silvia inicia a avaliação psicológica com uma entrevista individual de anamnese, que tem entre seus objetivos

- (A) obter informações sobre o histórico de vida, relações pessoais e sociais, comportamentos e hábitos e saúde mental de cada indivíduo.
- (B) ser uma ferramenta fundamental no processo terapêutico, que busca compreender as dinâmicas internas e os conflitos psíquicos do indivíduo.
- (C) ajudar o paciente a encontrar e fortalecer a motivação interna e a vencer a ambivalência para promover mudanças positivas em seu comportamento.
- (D) permitir que a unidade de saúde conheça melhor os candidatos e avalie se suas habilidades e competências são compatíveis com o perfil da clínica.
- (E) compartilhar com o paciente os resultados e as conclusões obtidas a partir das avaliações e investigações para planejar os próximos passos do tratamento.

76

Recentemente o Ministério da Saúde atualizou a lista de doenças relacionadas ao trabalho e reconheceu agentes e fatores de risco psicossociais no ambiente de trabalho, responsáveis por doenças que afetam os trabalhadores e que repercutem no trabalho.

Entre essas doenças, encontra-se o abuso de substâncias psicoativas, que pode ter como consequência

- (A) o trabalho sob estresse, tensão e perigo.
- (B) o absenteísmo e a rotatividade funcional.
- (C) a pressão excessiva quanto a horários e metas.
- (D) o incremento da produtividade e da motivação.
- (E) o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

77

As intervenções grupais em psicologia são baseadas em diferentes fundamentos teóricos e práticos que guiam o processo terapêutico e as técnicas utilizadas para alcançar os objetivos do grupo.

A psicóloga Letícia coordena um grupo terapêutico para adolescentes com transtornos relacionados à imagem corporal usando os fundamentos teóricos e técnicos da terapia cognitiva comportamental (TCC).

Avalie se, entre as intervenções alinhadas com os fundamentos da TCC encontram-se:

- I. A reestruturação cognitiva, através da qual os adolescentes aprendem a identificar os pensamentos automáticos negativos sobre sua aparência e a substituí-los por alternativas mais realistas e positivas.
- II. As **técnicas de relaxamento** como respiração profunda e relaxamento muscular progressivo para ajudar a reduzir a ansiedade relacionada à autoimagem negativa durante a interação social.
- III. A **psicoeducação, na qual** o facilitador explica o conceito de autoimagem e como ela pode ser influenciada por pensamentos automáticos negativos, mídias sociais e comparações com os outros.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

78

O DSM 5 descreve os transtornos em que a percepção negativa da própria aparência ocupa um lugar central.

Essa relação **não** inclui

- (A) a bulimia nervosa.
- (B) a dismorfia muscular.
- (C) a anorexia nervosa.
- (D) o transtorno dismórfico corporal.
- (E) o transtorno de personalidade narcisista.

79

Enzo, 7 anos, chegou à escola com marcas de espancamento. O menino contou à professora que sua mãe o surrou com um cinto porque ele pegou moedas que estavam sobre a mesa. Questionada, a mãe de Enzo afirmou que estava educando o filho.

Considerando a proteção integral que deve ser assegurada a crianças e adolescentes no Sistema de Garantia de Direitos, é correto afirmar que

- (A) a escola deverá acionar o Conselho Tutelar considerando a situação de violência contra a criança.
- (B) é dever dos pais educar os filhos, não cabendo a interferência de terceiros.
- (C) Enzo deve ser encaminhado para avaliação neuropsicológica por suspeita de hiperatividade.
- (D) o espancamento de uma criança é motivo para a perda do benefício de Bolsa Família.
- (E) o CRAS deverá ser notificado para aplicar medida educativa em face da genitora.

80

As chamadas substâncias psicoativas ou drogas psicotrópicas são aquelas que atuam sobre o cérebro, modificando o seu funcionamento, podendo provocar alterações no humor, na percepção, no comportamento e em estados da consciência. As drogas são classificadas de acordo com seu efeito no Sistema Nervoso Central.

Assinale a opção que indica uma droga depressora, uma droga estimulante e uma droga perturbadora, nessa ordem.

- (A) Álcool, LSD e anfetamina.
- (B) Crack, ansiolíticos e inalantes.
- (C) Heroína, ecstasy e hipnóticos.
- (D) Morfina, cocaína e THC da maconha.
- (E) Mescalina, chá de trombeta e cigarro eletrônico.

81

Inspirada nas práticas e ideias de Franco Basaglia, a Reforma Psiquiátrica brasileira tem como característica principal

- (A) o fechamento gradual de manicômios e hospícios que proliferavam no Brasil.
- (B) a hospitalização em estabelecimentos psiquiátricos públicos e a crítica à internação privada.
- (C) o aumento de vagas conveniadas para internação em hospitais psiquiátricos privados.
- (D) a consolidação de críticas a internação psiquiátrica em todas as hipóteses.
- (E) a medicalização homeopática de pacientes internados em hospitais psiquiátricos.

82

Os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) previstos na RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) são

- (A) serviços destinados a pessoas idosas que tenham condições de desenvolver, de forma independente, as atividades da vida diária, mesmo que requeiram o uso de equipamentos de autoajuda.
- (B) moradias destinadas a acolher e cuidar das pessoas em sofrimento psíquico graves e persistentes, egressas de internações psiquiátricas de longa permanência que não possuam suporte social e laços familiares.
- (C) unidades que ofertam Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar.
- (D) serviços que acolhem crianças e adolescentes em medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família.
- (E) unidades institucionais com características domiciliares para acolhimento de pessoas idosas com diferentes necessidades e graus de dependência, as quais devem garantir a convivência com familiares e amigos de forma contínua.

83

A visita domiciliar realizada por profissionais “psi” dos CAPS pode ser entendida como

- (A) Conjunto de encontros técnicos em que se observam de perto as fundações domiciliares, as estruturas e condições de habitabilidade, higiene, manejo alimentar e padrões de funcionamento familiar.
- (B) etapa essencial do trabalho, que consiste em avaliação, responsabilização e diagnóstico das formas de interrelação familiar, considerando as consequências dos padrões relacionais no surgimento dos sintomas do paciente.
- (C) um instrumento para conhecer o contexto social em que vivem os usuários, e identificar possíveis violações de direitos que membros da família, ou ela como um todo, sofrem ou já sofreram.
- (D) a estratégia mais importante de inclusão do paciente no projeto terapêutico, pois é quando toda a equipe se compromete na escuta e avaliação dos sintomas do paciente, enredando-os na relação familiar.
- (E) uma tecnologia de intervenção capaz de promover a articulação da equipe com o usuário, a família e o território, favorecendo o reconhecimento da realidade de vida, a construção de vínculos e a compreensão da dinâmica familiar.

84

Paula e Maurício são namorados e, em certa noite, após terem saído com amigos, Maurício teve uma crise de ciúmes, agredindo a namorada com palavras de baixo calão, constringendo-a e humilhando-a na presença dos amigos em comum.

Diante da hipótese apresentada, é correto afirmar que

- (A) a violência contra a mulher só acontece em uma relação marital, não sendo possível em um namoro.
- (B) Maurício cometeu violência moral contra a namorada pois a humilhou diante dos amigos.
- (C) Paula foi vítima de violência psicológica cometida pelo namorado.
- (D) Paula foi submetida a dinâmica que se configura como violência física pelo namorado.
- (E) o namorado cometeu violência psicológica porque caluniou e difamou a namorada.

85

Com relação aos grupos terapêuticos de Pichon-Rivière, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os grupos operativos têm um caráter terapêutico apesar de que nem todos os grupos terapêuticos podem denominar-se de grupos operativos.
- II. A mudança é o objetivo primordial de todo grupo operativo e envolve todo um processo gradativo, no qual os integrantes do grupo passam a assumir diferentes papéis e posições frente à tarefa grupal.
- III. Saúde mental e aprendizagem são sinônimos na medida em que há uma apropriação ativa da realidade que integra uma experiência nova e um estilo próprio de aprender.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

86

Com relação ao processo de envelhecimento psíquico, assinale a afirmativa correta.

- (A) O envelhecimento psicológico é implacável, ativo e irreversível, causando mais vulnerabilidade do organismo às agressões externas e internas, sendo dependente da programação genética.
- (B) O envelhecimento psíquico não é naturalmente progressivo nem ocorre inexoravelmente, como efeito da passagem de tempo pois depende do esforço pessoal contínuo na busca do autoconhecimento e do sentido da vida.
- (C) O processo de senescência ocorre de forma expressiva ao longo da vida, comprometendo as relações e a gerência de decisões pelo surgimento de diversos sinais de deficiências funcionais.
- (D) Os órgãos ou sistemas envelhecem de forma semelhante e é possível prever como indivíduos de uma mesma família irão envelhecer com base no processo de senescência de seus parentes.
- (E) É comum o aparecimento de alterações na funcionalidade mental do idoso durante a velhice e os idosos deixam de ser produtivos durante o processo de senescência em função de limitações cognitivas.

87

Leandro tem 5 anos e não interage socialmente, além de não conseguir se expressar verbalmente, apresentando ainda importantes estereotípias comportamentais que se manifestam pela persistência no giro de objetos e adesão a rotinas ritualizadas.

Os comportamentos apresentados por Leandro são sugestivos de

- (A) esquizofrenia.
- (B) transtorno bipolar.
- (C) TOD.
- (D) TEA.
- (E) transtorno de personalidade borderline.

88

Gustavo tem seis meses e foi submetido a severas negligências por seus cuidadores primários, sendo inserido em unidade de acolhimento que trabalha com a abordagem Emmi Pikler.

De acordo com essa abordagem, assinale a afirmativa correta.

- (A) Diante das negligências a que Gustavo foi exposto, as cuidadoras precisam estimulá-lo ao máximo, apresentando brinquedos com estímulos visuais e auditivos para ajudá-lo a superar seus atrasos;
- (B) As cuidadoras devem evitar ao máximo contatos afetivos pois Gustavo deverá retornar para a família biológica ou ser colocado em família adotiva e construir novos vínculos, para depois rompê-los, seria muito sofrido para ele;
- (C) Gustavo deve permanecer no colo das cuidadoras todo o tempo para se sentir acarinhado e seguro de forma a superar as angústias decorrentes das negligências e maus tratos a que foi submetido anteriormente;
- (D) Gustavo deve ter respeitadas suas atividades autônomas, brincando a partir de suas próprias iniciativas e se movimentando com liberdade, conquistando por si próprio suas etapas motoras;
- (E) As cuidadoras devem mediar a relação espacial de Gustavo na unidade, antecipando suas angústias e ofertando substitutivos diante do afastamento da família biológica e da ausência materna.

89

Para Reich, os mecanismos de defesa criados pelo corpo em momentos de adversidade para proteger o ego da realidade são

- (A) couraças.
- (B) negações.
- (C) regressões.
- (D) projeções.
- (E) recalques.

90

Léa Maria foi promovida a um cargo de chefia e passou a administrar muitas exigências laborativas, estendendo sua carga de trabalho para noites e finais de semana. Há algumas semanas a profissional passou a perceber alterações em seu padrão de sono, apresentando insônia, além de cansaço continuado, elevação da pressão arterial e muitas dores de cabeça.

Os sinais apresentados por Léa podem ser indicativos de

- (A) Síndrome de FOMO.
- (B) TOC.
- (C) Síndrome de Tourette.
- (D) TDAH.
- (E) Síndrome de Burnout.

91

Roberto é psicólogo e foi solicitado a realizar a avaliação de um caso, com finalidade de subsidiar uma decisão relacionada ao contexto em que surgiu tal demanda. No documento que irá fornecer, Roberto deverá apresentar os procedimentos e conclusões gerados pelo processo de avaliação psicológica, e relatar o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso.

Tal documento psicológico é

- (A) uma declaração.
- (B) um atestado.
- (C) um relatório.
- (D) um laudo.
- (E) um parecer.

92

É inegável a importância do psicólogo russo Lev Vygotsky para a compreensão do desenvolvimento intelectual da criança.

De acordo com a sua teoria, é correto afirmar que

- (A) o aprendizado e a interação social não interferem no rumo do desenvolvimento infantil.
- (B) as funções mentais superiores do homem desenvolvem-se na sua relação com o meio sociocultural.
- (C) o caráter biológico e maturacional é o principal fator para que o processo de aprendizagem infantil ocorra.
- (D) todas as crianças de uma mesma faixa etária necessitam estar no mesmo processo de desenvolvimento, obedecendo a uma ordem cronológica.
- (E) o desenvolvimento humano é dividido por períodos cuja passagem de um para o outro depende exclusivamente das características inatas do indivíduo.

93

A constatação por Freud de fenômenos de repetição que não se reduzem à busca de satisfação libidinal, observados nas neuroses traumáticas, na transferência, nas brincadeiras infantis, entre outros, faz com que ele introduza em 1920, um novo dualismo pulsional.

Tal dualismo se dá entre

- (A) Eros e necessidade.
- (B) pulsão sexual e narcisismo.
- (C) pulsão de vida e pulsão de morte.
- (D) libido de objeto e autoconservação.
- (E) posição esquizoparanoide e maníaco-depressiva.

94

Descrito por Freud como pedra angular da psicanálise, existe um processo psíquico pelo qual o sujeito procura repelir ou manter no inconsciente representações ligadas à pulsão. A sua essência consiste em manter essas representações afastadas do consciente, muito embora possam retornar sob a forma de sintomas, atos falhos, sonhos, entre outros. Tal operação exerce papel primordial na neurose histérica, mas desempenha papel primordial nas outras afecções mentais.

O texto acima trata do processo de

- (A) recalque.
- (B) forclusão.
- (C) conversão.
- (D) narcisismo.
- (E) denegação.

95

Em relação à obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos, é correto afirmar que

- (A) o período de guarda dos documentos psicológicos deve ser de no mínimo 20 anos.
- (B) para atendimento em grupo regular, o psicólogo deve limitar-se a fazer registro dos atendimentos.
- (C) quando em serviço multiprofissional, o registro deve ser realizado em diversos prontuários, separados por categoria profissional.
- (D) fica garantido ao usuário ou representante legal o acesso integral às informações registradas, pelo psicólogo, em seu prontuário.
- (E) o registro documental deve ser mantido em local acessível à chefia imediata do psicólogo a fim de se resguardar contra processos disciplinares e legais.

96

A atenção psicossocial configura um campo que articula e nomeia todo o conjunto de práticas substitutivas ao paradigma asilar, sendo aberta para transformações e inovações que possibilitam a consolidação de uma ética de cuidado antimanicomial. Como discutido por Amarante (2007), além de dimensão epistêmica e técnico-assistencial, a atenção psicossocial possui também dimensão sociocultural e política.

No que se refere à dimensão política da atenção psicossocial,

- (A) é suficiente um conjunto articulado de atos técnicos para oferecer autonomia, lugar e pertencimento social aos usuários.
- (B) o exercício da clínica garante exclusivamente a dimensão política da cidadania e a produção de autonomia dos usuários.
- (C) o espaço público é fundamental para a singularização, tendo o atendimento individual como pilar do processo de subjetivação.
- (D) o cuidado é indissociável do espaço público, e suas condições de possibilidade integram-se a concepções e práticas propiciadoras do convívio.
- (E) a dimensão política se constitui enquanto ato técnico na atenção psicossocial, prescindindo de modalidades assistenciais que não sejam grupais.

97

A interdisciplinaridade é integradora do campo da saúde mental e se sustenta por uma problemática comum, possibilitando a aprendizagem mútua entre os atores envolvidos.

Com relação às implicações da interdisciplinaridade para a atenção psicossocial, analise as afirmativas a seguir:

- I. Busca-se relações horizontais entre os trabalhadores da equipe, as quais visam a construção coletiva do cuidado compartilhado.
- II. Há a consolidação de um referencial ético em comum, garantido por uma lógica de cuidado institucionalizada com enfoque na doença mental.
- III. Possibilita abertura para transformação assistencial e criação de novas práticas de cuidado, indo além da mera reprodução do saber disciplinar.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

98

Com relação aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), assinale a afirmativa correta.

- (A) Devem atender aos casos de maior gravidade, em associação com os dispositivos de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social.
- (B) Objetivam a montagens articuladas e colaborativas para expandir o acesso e qualificar o cuidado, possibilitando ampliação da demanda aos dispositivos hospitalares.
- (C) Ao desempenharem a função de ordenadores da demanda de seu território, devem possibilitar que a atenção básica se responsabilize pela assistência aos usuários.
- (D) Possuem responsabilidade terapêutica e gestora na atenção psicossocial, implicando de modo indissociável o território, a intersetorialidade e a rede assistencial.
- (E) Modulam a demanda em saúde mental, viabilizando o manejo de crises psicossociais por meio do referenciamento aos serviços de suporte residencial.

99

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi legitimada pela portaria nº 3088/2011, que determina seus componentes assistenciais.

Com relação aos Consultórios na Rua, é correto afirmar que

- (A) são equipes itinerantes que realizam oferta medicamentosa para a população em situação de rua, necessariamente fora do âmbito dos demais componentes da RAPS.
- (B) visam à articulação com a RAPS para inserção da população em situação de rua no componente de suporte residencial.
- (C) constituem um serviço incluído no componente de Atenção Psicossocial Especializada, objetivando a formulação diagnóstica e ações de redução de danos à população em situação de rua.
- (D) Atuam em parceria com outros dispositivos de saúde para promoverem cuidados integrais e a abstinência dos usuários de álcool e outras drogas.
- (E) Constituem um dispositivo inserido como componente de Atenção Básica, visando à oferta de cuidados integrais à população em situação de rua, considerando suas diferentes necessidades.

100

De acordo com os desígnios da integralidade em saúde, nenhum trabalhador pode sustentar sozinho a prática do cuidado na Atenção Psicossocial, pois essa é uma construção de uma equipe que potencializa, em rede, o território no qual o usuário se singulariza.

Com relação aos processos de trabalho que envolvem o cotidiano do cuidado na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), é correto afirmar que

- (A) o trabalhador é um agente técnico com ações previsíveis que rompem com os modelos hegemônicos de cuidado.
- (B) o trabalhador atua como um agenciador de relações que articulam o complexo hospitalar da saúde.
- (C) a ação é no território, sendo este definido pela área de abrangência geográfica na qual os cuidados em saúde serão articulados.
- (D) os marcadores culturais de cada território são importantes para a reinvenção do trabalho em rede, tramando redes de cuidado que também são socioafetivas.
- (E) visam superar a fragmentação do cuidado presente no modelo biomédico, valorizando o trabalho em equipe e a centralização das ações nos CAPS.

Realização

